

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

O Caminho das Autonomias Zapatistas

“Governarnos a nosotros mismos”

Larissa Dimov Laurelli

Junho de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura sob orientação da Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva.

Agradecimentos

À minha mãe e ao meu irmão, que sempre acreditaram nos meus sonhos, pelo apoio incondicional, incentivo nas horas difíceis e por celebrarem minhas conquistas e alegrias.

Aos meus amigos e familiares que, mesmo distantes, contribuem para a minha formação e me fortalecem a cada dia.

Aos colegas e professores do CELACC, que colaboraram com inúmeras reflexões sobre os desafios e possibilidades de transformação social no mundo contemporâneo.

À minha orientadora Fabiana Amaral, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho e pela troca de experiências e saberes sobre as estratégias de luta dos movimentos sociais e as abordagens pós-coloniais.

À minha amiga Alba, que indicou correções e sugestões essenciais para a conclusão deste trabalho.

A todos aqueles que contribuem na construção cotidiana de um mundo onde caibam muitos mundos.

O CAMINHO DAS AUTONOMIAS ZAPATISTAS: “GOBERNARNOS A NOSOTROS MISMOS”¹

Larissa Dimov Laurelli²

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a trajetória do movimento zapatista no sul do México a partir da Epistemologia do Sul e de abordagens pós-coloniais, apontando para a autonomia como um dos principais eixos das atuais dinâmicas dos movimentos sociais, com outras formas de luta e resistência. Por meio de práticas cotidianas, os zapatistas criam condições concretas para a preservação de modos de vida e concepções de mundo contra-hegemônicos, resistindo às pressões do Estado mexicano e do capitalismo global.

Palavras-chave: EZLN, zapatistas, movimentos sociais, autonomias, México.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the trajectory of the Zapatista movement in southern Mexico, starting from Southern Epistemology and postcolonial approaches, pointing to the dynamics of social movements, with other forms of struggle and resistance. The daily processes and experiences of autonomies create concrete conditions for the preservation of ways of life and world conceptions against hegemonic ones, resisting pressures of the Mexican State and global capitalism.

Keywords: EZLN, zapatistas, social movements, autonomies, México.

RESUMEN

En este artículo se presenta una reflexión sobre la trayectoria del movimiento zapatista en el sur de México desde la Epistemología del Sur y enfoques postcoloniales, mirando la autonomía como uno de los ejes principales de la dinámica actual de los movimientos sociales, con otras formas de lucha y resistencia. A través de la práctica diaria, los zapatistas crean condiciones concretas para la preservación de los estilos de vida y visiones del mundo contra hegemónicos, resistiendo las presiones del Estado mexicano y del capitalismo global.

Palabras clave: EZLN, zapatistas, movimientos sociales, autonomías, México.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

² Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela PUC-SP e em História pela USP. Pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC/ECA-USP.

1. Introdução

[...] Bom, começamos então a implantar os municípios autônomos rebeldes zapatistas, que é como se organizaram os povoados para governar e governar-se, para tornarem-se mais fortes. Esta forma de governo autônomo não foi inventada sem mais nem menos pelo EZLN, mas vem de vários séculos de resistência indígena e da própria experiência zapatistas, enquanto autogoverno das comunidades. Ou seja, não é que vem alguém de fora a governar, mas que os próprios povoados decidem, entre eles, quem e como governa, e se este não obedece então o tiram. Ou seja, se quem manda não obedece ao povo, então o põem pra correr, deixa de ser autoridade e entra outro [...] (EZLN, Sexta Declaração da Selva Lacandona, 2005).

A experiência zapatista pode ser considerada atualmente um dos processos mais emblemáticos de construção de autonomia no México e na América Latina. As últimas décadas foram marcadas pelo avanço neoliberal e pelo recrudescimento do Estado mexicano, com sistemáticos ataques aos territórios, às culturas e aos direitos fundamentais, mostrando claramente o embate entre a consolidação de uma hegemonia global³ e o amadurecimento de uma resistência anti-imperialista, que questiona a imposição da cultura ocidental e denuncia a dominação e exploração dos recursos e territórios pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

As formas de resistência à dominação e à exploração remontam a séculos de colonização, escravidão e expropriação dos territórios. A autonomia pode ser vista, então, como uma forma de se garantir um novo pacto social e outra relação entre os povos indígenas, a sociedade e o Estado, para que possam exercer plenamente o direito à livre determinação, com a manutenção de identidades e culturas locais, assim como liberdade para decidir suas próprias formas de organização interna e de aplicação dos recursos públicos, ampliando-se a competência local, com o autogoverno dos municípios, mas cobrando-se do Estado o cumprimento de seus deveres, o que promove justiça, pluralidade e participação popular nas decisões.

³ Para o filósofo italiano Antonio Gramsci, o conceito de hegemonia se refere ao domínio de uma classe ou de uma nação sobre outras, por meio de mecanismos político-ideológicos de dominação e controle. No paradigma da pós-modernidade, o conceito vem sendo utilizado como expressão do poder do imperialismo norte-americano, das grandes multinacionais e da cultura ocidental, oprimindo as diversidades e pluralidades culturais.

A apropriação do conceito de autonomia pelos movimentos sociais é recente. Para Luis Hernández Navarro – antropólogo mexicano, jornalista do diário *La Jornada* e assessor do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) durante os acordos de San Andrés –, a luta por autonomia e o uso desse conceito como impulsionadores da luta social surgem da insuficiência do discurso de independência, elemento central nas demandas das lutas proletárias e estudantis nos anos 1960 e início dos anos 1970, articuladas principalmente no espaço urbano.

Nos anos 1980, a demanda por autonomia passou a ser ponto fundamental nos movimentos sociais, e em especial no movimento indígena e camponês mexicano, fugindo da lógica das “estruturas jurídico-político-burguesas” (NAVARRO, 2010, p. 38) e passando a confrontar diretamente o Estado, por intermédio da autodeterminação, apropriando-se do processo produtivo, e da autonomia, construindo suas próprias leis e legitimando suas tradições.

Assim, o movimento zapatista se apresenta como uma alternativa que questiona a hegemonia global a partir de uma “*autonomía sin pedir permiso*”, construindo outros poderes, protagonismos e saberes, reforçando sua identidade e formas de governo ancestrais, reinventando as tradições e consolidando um verdadeiro processo de emancipação social.

Na contramão do frustrado prognóstico do sociólogo norte-americano Francis Fukuyama, em 1992, de que o colapso do socialismo marcaria o fim da história, o levante zapatista marca uma importante virada histórica dos movimentos sociais e das lutas anticapitalistas, projetando uma linha mais clara de resistência e integração latino-americana e construindo uma outra via de construção histórica.

Ao mesmo tempo, essa autonomia materializa-se, no caso zapatista, em experiências cotidianas, como a criação de rádios comunitárias – com incentivo à produção artística e cultural, a apropriação das novas tecnologias e a consolidação de outras vozes –, as escolas zapatistas, cooperativas de mulheres, produção agroecológica – buscando-se a soberania alimentar e uma relação de respeito com a natureza –, e uma estrutura de organização própria.

Essa pesquisa possui caráter bibliográfico e percorre por obras de pesquisadores latino-americanos como Maristella Svampa, Aníbal Quijano, Ana

Ester Ceceña, Raúl Ornelas, Raúl Zibechi, entre outros, apontando eixos comuns para uma compreensão do papel das autonomias na transformação das formas de sociabilidade e de resistência.

O artigo está estruturado em quatro partes: na primeira, destacam-se os referenciais teóricos que fundamentam essa pesquisa; na segunda, é apresentado um panorama histórico do movimento zapatista; na seguinte, são apresentadas algumas dimensões do conceito de autonomia, analisando-o a partir dos eixos “outras geografias”, “outras políticas” e “outros saberes”, com o intuito de propor categorias adequadas às abordagens pós-coloniais e à práxis zapatista. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais, destacando-se a articulação dos zapatistas com outros movimentos sociais e sua influência na América Latina.

Com uma abordagem transdisciplinar, parte-se de categorias e conceitos como hegemonia, dominação, consenso, poder, emancipação, consolidados por Gramsci, que vêm sendo incorporados pelos próprios movimentos sociais, por pesquisadores latino-americanos e por aqueles que corroboram com uma Epistemologia do Sul⁴, como enunciado por Boaventura de Sousa Santos.

O artigo tangencia também a linha de pesquisa do Grupo de Trabalho Hegemonias e Emancipações do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), que atua justamente por meio de uma abordagem transdisciplinar, ressignificando categorias e conceitos que permitam novas explicações sobre as reconfigurações do poder e da dominação capitalistas.

Assim, a incorporação de conceitos como contra-hegemonia, autodeterminação, autogoverno e autonomia, entre outros, é necessária para a compreensão dos fenômenos contemporâneos na América Latina.

Para Raúl Ornelas, pesquisador mexicano, o projeto zapatista oferece uma “alternativa civilizatória ao capitalismo, onde os valores da competição, da força, da hegemonia, são superados por ideias-força novas e/ou ressignificadas: a solidariedade, a liberdade, a democracia, a justiça” (2005, p. 153). Assim a experiência zapatista está inserida em um processo de ruptura

⁴ O termo “Epistemologia do Sul” foi proposto pelo pesquisador português Boaventura de Sousa Santos, em 1995, buscando resgatar outros saberes, as culturas subalternas, que possuem outras epistemologias e formas de ver o mundo, mas são ignoradas, tidas como inexpressivas ou folclorizadas. Ver Meneses (2008).

com a ordem vigente, a partir de uma lógica antissistêmica, da construção de modelos de comunicação horizontais e de uma alternativa contra-hegemônica.

Como aponta Emir Sader (2005, p. 15), “a questão política e teórica mais importante atualmente, na luta por ‘um outro mundo possível’, é aquela referente à construção de uma hegemonia alternativa ao modelo neoliberal”. O objetivo deste artigo é, portanto, apresentar uma reflexão sobre as autonomias zapatistas enquanto ação estratégica frente ao imperialismo global, inserindo o neozapatismo nas novas dinâmicas dos movimentos sociais no cenário contemporâneo.

A pesquisa apresenta um breve panorama histórico do movimento zapatista, traçado a partir de uma incursão etnográfica no mundo digital, valendo-se do vasto material disponível na internet, com o levantamento e análise de produção acadêmica, jornalística e cultural, incluindo livros, artigos, monografias, páginas de organizações sociais e coletivos independentes, além da análise de produções nativas zapatistas, como comunicados, rádios e portais web, centros de documentação, material audiovisual, contos, etc., com uma intensa produção política, cultural e simbólica.

A revista *ContraHistorias. La otra mirada de Clío*⁵ também é uma importante fonte de reflexões latino-americanas, com edições sobre os processos zapatistas e a publicação de mesas de debate, entrevistas, análises de conjuntura.

No site *Palabra EZLN*⁶ estão disponíveis as seis Declarações da Selva Lacandona, diversos comunicados e documentos do período entre 1993 e 2005, conformando um importante arquivo digital. O acesso a esses comunicados permite uma comunicação direta com a sociedade civil e sobrepuja as investidas da mídia hegemônica – que criminalizam e distorcem as lutas e movimentos sociais –, irradiando as ideias zapatistas para todo o mundo.

⁵ Publicação semestral criada em 2010 e dirigida pelo professor e pesquisador mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas, com colaboração de estudantes universitários e pesquisadores, incluindo artigos de zapatistas. Disponível em <www.contrahistorias.com.mx/laotramiradadeclio.html>. Acesso em fevereiro de 2017.

⁶ Disponível em <<https://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em fevereiro de 2017.

O blog *Enlace Zapatista*⁷, o blog *Zapateando*⁸ e o *Centro de Documentación sobre Zapatismo – CEDOZ*⁹ trazem elementos para analisar a atual conjuntura, principalmente a partir da Sexta Declaração da Selva Lacandona, de 2005, incluindo comunicados recentes, notícias e análises sobre a agenda das lutas no país. Os últimos comunicados, principalmente declarações do Subcomandante Galeano e do Subcomandante Moisés, indicam um momento de reflexão e amadurecimento do movimento.

Recentemente, o EZLN, em conjunto com o Congresso Nacional Indígena¹⁰ (CNI), vem encabeçando o lançamento de uma mulher indígena como representante do Conselho Indígena de Governo, para concorrer à presidência do México em 2018, mostrando uma nova atitude do movimento zapatista frente à questão eleitoral e apontando para a atualidade desta pesquisa, que pretende reunir subsídios para uma melhor compreensão do momento atual no México e na América Latina.

2. O caminho para a emancipação social

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1996, p. 224).

Para o pesquisador português Boaventura de Sousa Santos, vivemos justamente esse momento de perigo, em que é necessário se apropriar de uma reminiscência e reinventar o passado. A releitura do pensador acerca da obra de Benjamin aponta que estamos vivendo um momento de transição, em que é necessário se desvencilhar da armadilha da eternização do presente.

Boaventura acredita na possibilidade de uma redenção, que passa pela emancipação do sujeito. Na obra “Sobre o Conceito da História”, Walter

⁷ Disponível em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>. Acesso em fevereiro de 2017.

⁸ Disponível em <<https://zapateando.wordpress.com/>>. Acesso em fevereiro de 2017.

⁹ Disponível em <<http://www.cedo.org/site/>>. Acesso em fevereiro de 2017.

¹⁰ O Congresso Nacional Indígena foi fundado em outubro de 1996 por diversas comunidades, *pueblos* e organizações indígenas. A página oficial do movimento pode ser acessada em <<http://www.congresonacionalindigena.org/>>. O movimento é parte da *Comisión Sexta* desde 2006. O Conselho Indígena de Governo foi criado em 2016 e em maio de 2017 será realizada uma assembleia em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, para definir sua formação.

Benjamin (1996)¹¹ aponta para a importância da memória, da identidade e da história para a tomada de uma consciência do sujeito histórico, que se reconhece como motor da história e luta para construí-la.

O pensador português parte da concepção de que é possível construir uma nova cultura política emancipatória a partir “do Sul”, investindo nas dinâmicas latino-americanas como elemento crucial para a construção de alternativas para uma nova teoria crítica e para novas práticas sociais.

Diante de uma profunda crise de conceitos e modelos, o amadurecimento e reconhecimento do valor de outra ciência, com a preservação de um vínculo orgânico com a natureza, e com a legitimidade de um lugar próprio de fala, favorecem o reconhecimento de novos protagonistas sociais, que multiplicam as versões da história.

O caso do movimento zapatista é emblemático no que diz respeito ao uso da comunicação como meio de construção da autonomia. De um lado, isso significa expandir as vozes, as memórias e as histórias zapatistas pelo mundo. De outro, significa criar novas tradições, apropriando-se de novas linguagens e tecnologias, a partir da lógica e das necessidades indígenas.

A partir dos anos 1980, os trabalhos sobre cultura popular, movimentos sociais e a “história de baixo” passaram a ser cada vez mais frequentes, rompendo gradualmente com a tradicional divisão entre cultura popular e erudita, sendo reconhecidas as produções culturais e simbólicas como centrais nos estudos das áreas da comunicação e da cultura.

Nos anos 1980, o antropólogo argentino Néstor Canclini já apontava para a necessidade de se rediscutir os pressupostos teóricos e metodológicos na análise da transnacionalização da cultura, incorporando cada vez mais conceitos como hegemonia, consenso, poder, influenciados pela teoria de Gramsci. O antropólogo destaca que as bases teórico-metodológicas que permearam a análise da cultura e da comunicação nos anos 1960 e 1970 eram centradas nas estratégias de dominação e teoria da dependência, sustentadas pelo marxismo, pelo estruturalismo e pela semiótica, partindo da ideia de manipulação das consciências.

¹¹ Walter Benjamin (1892-1940) foi um importante pensador alemão da Escola de Frankfurt, seguindo a linha da História Crítica, de inspiração marxista.

Canclini sugere um deslocamento do eixo de análise em torno da oposição dominação/dependência para uma relação de hegemonia/consenso, à luz dos conceitos de Gramsci. O intelectual argentino busca criar novos parâmetros teórico-metodológicos, envolvendo novas relações de poder, disputas simbólicas e capacidade de autonomia e resistência das classes populares e movimentos sociais. Assim, partindo de uma oposição clara ao “imperialismo cultural”, os trabalhos sobre resistência popular ganharam força.

A socióloga argentina Maristella Svampa (2008) parte do panorama e das abordagens apresentadas por Canclini, e atualiza sua obra à luz de novas epistemologias pós-coloniais, centrando-se principalmente nas transformações ocorridas a partir da década de 1990, com a consolidação do paradigma neoliberal, as medidas aplicadas a partir do Consenso de Washington, formulado no final de 1989, e um novo cenário político, marcado pela emergência de movimentos sociais, abertura de espaços de participação democrática, surgimento de governos de esquerda e centro-esquerda e, ao mesmo tempo, aprofundamento das formas de controle social, com a repressão e criminalização dos protestos sociais, novos pontos de tensão e conflito, a militarização e o avanço do antiterrorismo.

Svampa aponta para quatro dimensões principais dos novos movimentos sociais: a revalorização dos territórios, por meio da autoorganização comunitária; a ação direta, revelando uma crise institucional dos partidos e das velhas formas de se fazer política; a democracia direta, com a ampliação de instâncias de participação política; e a demanda por autonomia, que envolve tanto a questão da autodeterminação quanto a possibilidade de se criar “mundos alternativos”, apontando para o grande desafio de se implementar alternativas contra-hegemônicas. Essas dimensões envolvem ainda a criação de um novo “*ethos* militante” e o surgimento de um “novo internacionalismo”, criando frentes de luta e convergências em oposição à globalização neoliberal.

A socióloga destaca ainda que nas últimas décadas o pensamento latino-americano vem indagando de forma bastante crítica a dependência epistêmica, a partir de uma perspectiva subalterna e pós-colonial, buscando superar os paradigmas nacionalista e marxista.

Svampa dialoga com o sociólogo peruano Anibal Quijano, valendo-se do conceito de colonialidade do poder¹², e aponta para a necessidade de superação do pensamento eurocêntrico e das formas de manutenção do poder geopolítico, e o rompimento com o pensamento único, envolto na mentalidade ocidental hegemônica.

A consolidação de uma via alternativa depende, então, de uma nova geração que vem buscando formas de transitar entre as culturas nativas e a cultura ocidental, utilizando os conhecimentos tradicionais, mas também operando novas tecnologias e gerando outra dinâmica de produção e transmissão dos conhecimentos.

3. Breve história do movimento zapatista

[...] E, então, nossa pequena história é que nos cansamos da exploração que nos faziam os poderosos e nos organizamos para nos defendermos e para lutar pela justiça. De início, não somos muitos; somos apenas um punhado que andam de um lado pra outro, falando e ouvindo outras pessoas como nós. Fizemos isso durante muitos anos e o fizemos em segredo, ou seja, sem fazer alarde. Ou seja, juntamos nossa força em silêncio. Levamos cerca de 10 anos, depois crescemos e já éramos muitos milhares. Então, nos preparamos bem, com a política e com as armas, e, de repente, quando os ricos estão celebrando a festa de ano novo, caímos sobre suas cidades e as ocupamos e fizemos saber a todos que estávamos aqui, que eles têm que nos levar em consideração. E depois que os ricos ficaram muito assustados, nos enviaram seus grandes exércitos para que acabassem conosco, como sempre fazem quando os explorados se rebelam, mandam acabar com todos. Mas não conseguiram acabar conosco, porque nós nos preparamos muito bem antes da guerra e nos tornamos fortes em nossas montanhas [...]. (EZLN, Sexta Declaração da Selva Lacandona, 2005).

Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) sai da clandestinidade¹³ e declara guerra ao Estado mexicano com uma

¹² O conceito de colonialidade do poder foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano em 1991, referindo-se à persistência do elemento de colonialidade nas relações de dominação e exploração globais. Quijano aponta para a necessidade de descolonização do pensamento latino-americano, ainda muito influenciado por abordagens eurocêntricas. Ver QUIJANO (2005) e QUIJANO (2016).

¹³ O EZLN foi oficialmente fundado em 17 de novembro de 1983, tendo ficado dez anos na clandestinidade. O movimento remonta à atuação das *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN), grupo criado em 1969, em Monterrey, que reuniu influências da revolução mexicana com o componente de uma insurgência rural indígena, seguindo a tendência de outros movimentos sociais de orientação

insurreição armada. Em doze dias, os zapatistas ocuparam as cidades de Ocosingo, San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas e Altamirano, no Estado de Chiapas, no sul do México, libertaram presos e provocaram uma intensa repercussão nacional e internacional.

O levante respondeu diretamente à implementação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), bloco econômico formado por Estados Unidos, México e Canadá, que entrou em vigor na mesma data. O pacto parte de uma nova configuração global, uma Nova Ordem Mundial, com a consolidação do paradigma neoliberal de liberação de mercados, privatizações, flexibilização das fronteiras e reorganização das relações mundiais, após a derrocada do socialismo soviético, o fim da Guerra Fria e a supremacia do imperialismo norte-americano e da cultura ocidental.

O levante corrobora, ainda, com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, sobre os povos indígenas e tribais. O México foi o segundo país, depois da Noruega, a ratificar a Convenção, em 1991. O documento é um marco importante na luta pelos direitos indígenas, que avançam principalmente a partir dos anos 1980.

Até os dias de hoje o ícone zapatista está atrelado ao imaginário construído durante os dias da insurreição armada de um grupo guerrilheiro. Entretanto, o movimento zapatista sempre atuou em múltiplas frentes de luta, que vão avançando de maneira orgânica e em um tempo próprio. A imagem de um caracol, repetidamente evocada pelos zapatistas, pode ajudar a elucidar como opera esse tempo, que avança lentamente em espiral, com círculos que se somam e se ampliam.

Assim, destaca-se um deslocamento de um jogo político-militar para um jogo de consensos, diálogo e poder popular, passando do enfrentamento armado para a construção de políticas públicas inclusivas, reinventando as comunidades indígenas e estabelecendo uma perspectiva de transformação social gradual e revolucionária (Raúl Ornelas, 2005), na medida em que se criam alternativas ao modo de vida capitalista.

marxista, que envolvia táticas de guerrilha, formação política e treinamento militar, inspirados pela Revolução Cubana, de 1959, pela Revolução Cultural de 1968 e pela Teologia da Libertação. Para mais informações sobre a FLN e as origens do EZLN ver Adela Cedillo-Cedillo (2012).

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as mudanças no percurso zapatista, influenciadas pelas alterações na conjuntura local, nacional ou global, não significam um enfraquecimento do movimento zapatista, da mesma forma que os períodos de silêncio também devem ser vistos como recuos estratégicos, ou seja, como dinâmicas próprias de uma luta social.

Por meio da Primeira Declaração da Selva Lacandona, com o grito de *Ya basta*, o EZLN se posiciona publicamente contra os desmandos estatais e institui suas próprias bases políticas, chamando o povo mexicano a se somar à luta “*por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*” (EZLN, Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1993).

As leis revolucionárias zapatistas¹⁴, publicadas na primeira edição do jornal *El Despertador Mexicano*, em dezembro de 1993, indicam o estabelecimento de um novo governo, com uma clara linha política em oposição ao capitalismo, apresentando diretrizes para a questão da terra, clamando pela reforma agrária tão almejada desde a Revolução Mexicana, e por reforma urbana, trabalho, indústria e comércio, segurança social, justiça, direitos e obrigações dos insurgentes, e com a Lei Revolucionária de Mulheres impulsionando desde o princípio o protagonismo feminino.

Assim, as bandeiras do movimento zapatista envolvem a construção de um novo marco jurídico e uma nova cultura política, estimulando o diálogo, a consulta popular e os espaços de participação política, assim como a ampliação da competência e da autonomia na esfera municipal. Passam pela revalorização dos territórios – com a preservação de uma relação orgânica com a terra, o respeito às cosmovisões indígenas e um desenvolvimento sustentável –, pela implementação de políticas de incentivo à comunicação, saúde e educação – com criação de centros de saúde e escolas –, e por soberania alimentar, produção agroecológica, fomento a cooperativas de mulheres, entre outras.

Tais experiências envolvem outra forma de se conceber as artes, as culturas e a ciência, com práticas cotidianas de apropriação de tecnologias, linguagens, símbolos e formas de pensamento, ressignificando a política, a

¹⁴ As leis estão disponíveis no site <https://palabra.ezln.org.mx/>, nos comunicados de 20 de dezembro de 1993. O diário “El Despertador Mexicano” vigorou como uma das publicações oficiais zapatista até 2003.

cultura e a economia, como uma forma de empoderamento e fortalecimento das comunidades indígenas, um processo que pode ser visto como uma verdadeira revolução do cotidiano que pode indicar outras formas de fazer política e construir alternativas dentro do paradigma da pós-modernidade, com o surgimento de outros protagonismos e saberes, outras categorias epistemológicas, outras teorias e outras formas de conceber o vivido.

Ya habían hablado las armas con su cuota de vidas. Entonces, "que hable la palabra" fue el principio que animó la participación de la delegación zapatista y la de centenares de personas que conformaron los cinturones de paz, primero en la Catedral de San Cristóbal y luego en San Andrés; allí, después de muchas discusiones e intercambios tensos y ríspidos, atenuados con la ayuda de las comisiones Nacional de Intermediación (CONAI) y de Concordia y Pacificación (COCOPA), las partes ubicaron los temas de acuerdo, y con el afán de no regresar a la guerra, el EZLN y el Estado firmaron este primer documento de la Mesa 1 que el lector tiene en sus manos. (Los Acuerdos de San Andrés, Edición Bilingüe, 2003).

Em 12 de janeiro de 1994, o presidente mexicano Carlos Salinas ordena o cessar-fogo e dá abertura para o diálogo, mas o conflito ainda se estende. Ernesto Zedillo assume a presidência do México em 1º de dezembro do mesmo ano, estabelecendo uma aparente predisposição ao diálogo com a criação da *Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa)*¹⁵, em março de 1995, encarregada de auxiliar no processo de diálogo com o EZLN, com um expressivo papel nos Acordos de San Andrés.

Em janeiro de 1996, o EZLN promove um Fórum Nacional Indígena, impulsionando a criação do Congresso Nacional Indígena, ampliando sua atuação em âmbito nacional e fortalecendo a luta por direitos indígenas e o diálogo entre a Cocopa e o governo federal.

3.1. Acordos de San Andrés

Os acordos de San Andrés, firmados em 16 de fevereiro de 1996, envolvem o compromisso do Estado mexicano de reconhecer as culturas e os direitos indígenas, passando pela formulação de um novo marco jurídico, que

¹⁵ A Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa) é uma comissão legislativa bicameral, criada em março de 1995, conformada pela Câmara de Deputados e pelo Senado, para auxiliar no diálogo entre o governo e o movimento zapatista.

implicaria uma reforma da Constituição mexicana e das leis que dela emanam, com emendas no Artigo 4º, que trata de garantias individuais e direitos fundamentais, e do Artigo 115, ampliando a participação política dos povos indígenas, reconhecendo uma maior autonomia na esfera municipal e garantindo a preservação das culturas indígenas, a livre determinação dos povos e um mundo sustentável.

Na prática, os zapatistas apontam que é necessário desenvolver uma política que contemple a preservação dos territórios e dos recursos naturais dos povos indígenas, assim como os direitos e garantias individuais e sociais. Os acordos apontam para o compromisso do Estado mexicano de garantir os direitos dos indígenas, das mulheres, dos migrantes, o acesso a educação, saúde, justiça, recursos econômicos, condições dignas de trabalho e sustento, e comunicação.

As negociações foram acompanhadas por uma ampla participação popular. Segundo documento de 15 de fevereiro de 1996, sobre os “resultados da consulta às bases zapatistas¹⁶”, os acordos haviam garantido parcialmente a demanda da livre determinação, mas a autonomia seguia como uma demanda pendente.

A partir do processo de consulta popular, e de inúmeras negociações entre o EZLN, o Congresso Nacional Indígena e o governo mexicano, intermediados pela Cocopa, chega-se a um projeto de lei que ficou conhecido como *Ley Cocopa*, no final de 1996. Entretanto, os pontos acordados estavam longe de serem garantidos.

No final de 2000, a direita mexicana toma o poder, com a vitória de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN), encerrando o longo governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI)¹⁷, no poder desde a Revolução Mexicana. No mesmo ano, Fox lança o Plano Puebla Panamá, intermediado pelo governo norte-americano, dando abertura a um violento processo de desapropriação de terras para a construção de uma área de serviços e infraestrutura, expropriando recursos energéticos (em especial petróleo, gás e eletricidade), e servindo abertamente aos interesses de empresas

¹⁶ O documento está disponível em <<https://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.

¹⁷ O Partido Revolucionário Mexicano (PRI) foi fundado em 1928, com o nome de Partido Nacional Mexicano. Em 1938 o partido passou a se chamar Partido da Revolução Mexicana. Apenas em 1946 recebeu o nome que mantém até os dias de hoje.

multinacionais e grupos oligárquicos nacionais. Os zapatistas e parte da população civil se pronunciam abertamente contra, intensificando os conflitos no país.

Em 25 de abril de 2001, o Senado mexicano aprovou a Lei de Direitos e Cultura Indígena, modificando pontos centrais dos acordos de San Andrés e da proposta de lei formulada pela Cocopa, em novembro de 1996. Em 1º de maio daquele mesmo ano, o Congresso Nacional Indígena e o EZLN se posicionam contra a reforma, já que as alterações no texto original do projeto de lei afetavam justamente a esfera da autonomia e autodeterminação dos povos.

Em 2003, a Secretaria de Povos Indígenas do Estado de Chiapas publicou uma importante edição bilíngue¹⁸, com a tradução do acordo de San Andrés para dez línguas indígenas faladas em Chiapas. Na apresentação do livro, anota-se explicitamente que o levante, iniciado com armas e um exército zapatista, vinha com um objetivo muito mais profundo: transformar o mundo por meio da palavra, criando novas tradições e mantendo vivas as culturas e cosmovisões indígenas.

Com o descumprimento dos acordos e a ampliação do projeto neoliberal no país, a experiência zapatista se torna ainda mais global e midiática, com o uso da construção simbólica e ideológica zapatista como bandeira e marco para a construção de outro mundo, com a conformação de efetivas redes internacionais de resistência anticapitalista.

3.2. Declarações da Selva Lacandona

As Declarações da Selva Lacandona apresentam as diretrizes do movimento zapatista, apontando para as origens de suas lutas e resistências, que remontam à época da colonização. Em cada uma das declarações, o EZLN apresenta balanços políticos e lança os próximos passos do movimento. Assim, o intervalo entre as declarações mostra o amadurecimento do movimento e a consolidação da autonomia na prática.

No final de 1993, às vésperas do levante, os zapatistas apresentam suas demandas históricas, configurando-se como um movimento social e lançando

¹⁸ Consejo Estatal para la Cultura y las Artes de Chiapas (Centro Estatal de Lenguas, Arte y Literatura Indígenas) / Secretaría de Pueblos Indios. A edição bilíngue español-tsotsil está disponível em <http://komanilel.org/BIBLIOTECA_VIRTUAL/Los_acuerdos_de_San_Andres.pdf>.

seu programa político. Em junho do ano seguinte, após um processo de conflito armado, resistência e negociações com o Estado mexicano, lançam a segunda declaração, com os dizeres de “¡No nos rendiremos!”, apontando que permaneceriam firmes em seu propósito, mesmo diante de uma resposta violenta do governo, com a atuação ostensiva do exército mexicano.

A terceira declaração marca um ano do primeiro pronunciamento público do EZLN, apresentando um balanço estratégico que inclui uma avaliação do processo eleitoral. De acordo com o documento, “[...] *El proceso preelectoral de agosto de 1994 trajo la esperanza, en amplios sectores del país, de que el tránsito a la democracia era posible por la vía electoral [...]*”. Entretanto, os vícios do sistema político partidário mexicano, imbricado em irregularidades e corrupção, e a fragilidade do processo democrático, acompanhado de elevadas taxas de abstenção, intensificaram o descrédito da população em relação à legitimidade do processo eleitoral.

Nesse momento os zapatistas radicalizam seus processos de autonomia, reforçando o caráter nacional e global da luta zapatista contra todos os desmandos, pela democracia, a justiça e a liberdade de todos os povos oprimidos. Surge assim o Movimento para a Libertação Nacional, incluindo a I Convenção Nacional Democrática. Além disso, a terceira declaração institui um novo governo, não mais reconhecendo a legitimidade do governo federal.

Na quarta declaração, estabelecida em 1996, é criada a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), que perdurou até 2005, quando foi incorporada pela Comissão da Sexta¹⁹. A Frente Zapatista era uma organização política, civil e pacífica que não lutava diretamente pelo poder e se empenhava na construção de outra forma de fazer política, atuando como braço político do EZLN através de articulações com movimentos sociais e com a sociedade civil, levantamento de informações, denúncias formais ante os Tribunais Internacionais, publicação de comunicados na mídia alternativa, realização de fóruns populares e fortalecimento das bases de apoio comunitário.

Uma das respostas do movimento zapatista ao descumprimento dos Acordos de San Andrés, que representavam o reconhecimento de um processo

¹⁹ *Comisión Sexta* é o nome dado à nova frente de articulação política mexicana, criada com a Sexta Declaração da Selva Lacandona, em 2006, que perdura até os dias de hoje, com apoio nacional e internacional.

democrático de consulta popular sobre as demandas históricas dos povos indígenas mexicanos, foi a criação das Juntas de Bom Governo e dos *Caracoles*²⁰, em 2003, fortalecendo os municípios autônomos zapatistas a partir de uma nova uma estrutura organizativa interna.

A medida seguinte viria com a Sexta Declaração da Selva Lacandona. Lançada em 2005 e ainda em vigor, o documento é um dos mais importantes documentos zapatistas, estando dividido em cinco partes: o que somos; onde estamos; como vemos o mundo; como vemos o nosso país, o México; o que vamos fazer.

A declaração mostra uma redefinição do movimento, que pensava, na época de sua criação, que o fim da guerra estaria próximo, e que se poderia passar a uma luta política aberta. Mas o que ocorreu foi justamente o oposto:

[...] los malos gobiernos siguieron su guerra en contra nuestra y nosotros nos hemos mantenido desde entonces resistiendo. aunque sin nuestra participación directa, muchos hombres y mujeres de todo México (y hasta de otros países) se entraron en el FZLN y, cumpliendo con el principio de no luchar por el poder, se empeñaron en construir una nueva forma de hacer política en estos casi 10 años. (EZLN, Sexta Declaração da Selva Lacandona, 2005).

Na Sexta Declaração da Selva Lacandona, os zapatistas afirmam que decidiram pelo cumprimento unilateral dos Acordos de San Andrés quanto aos direitos e à cultura indígena, passando a outra esfera de autonomia, consolidando uma estrutura organizativa e outras práticas cotidianas, abrindo caminho para a proliferação de cooperativas de mulheres, implantação de hospitais e criação das *escuelitas* zapatistas, em 2013.

Com o surgimento da *Comisión Sexta*, o movimento zapatista amplia a atuação de uma frente de resistência anticapitalista aos avanços do neoliberalismo no México, criando redes de articulação política e intensificando sua atuação tanto em esfera global e sua relação com outros movimentos sociais, nacionais e internacionais, quanto localmente, investindo na

²⁰ *Caracol* é a denominação dada pelos zapatistas aos centros organizativos dos MAREZ, composto pelas Juntas de Bom Governo, Conselhos Autônomos e Representantes Comunitários, substituindo a organização dos *Agascalientes*. Cada *caracol* reúne cerca de cinco ou seis municípios autônomos e funciona como uma base de apoio, reunindo também centros de saúde, educação, sedes de cooperativas e atividades comunitárias. Ver mais em ESPINOZA: 2006.

construção de alternativas que fortalecem a construção cotidiana de uma nova sociedade.

4. Autonomias

O conceito de autonomia refere-se à capacidade de se autogovernar, seja na esfera do indivíduo quanto na esfera social, reconhecendo, portanto, sistemas próprios de governo e novas formas de se fazer política. Na prática, envolve experiências cotidianas e passa por outra cultura política, com outra práxis e outros sujeitos.

De acordo com intervenções apresentadas no Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo²¹, o comandante zapatista Bruce Li afirma que a autonomia representa o poder de se autogovernarem como povos indígenas, com o povo decidindo como devem trabalhar as autoridades autônomas, que “mandam obedecendo”, com “outro governo” que represente a vontade do povo.

O zapatista Abraam complementa com o discurso de que cada comunidade, cada *pueblo* e cada município têm uma forma própria de se organizar e nomear suas autoridades, fundamentada nos costumes e não nos partidos políticos, valorizando os povos originários. Aponta ainda que, diante do descumprimento dos acordos de San Andrés, os zapatistas não podiam ficar de mãos cruzadas, nem esperar nada dos partidos e dos maus governantes, passando, assim, a exercer seu direito à autonomia, com base nos acordos firmados e com a consolidação dos municípios autônomos.

Assim, diante da omissão e repressão do governo mexicano, os zapatistas ampliam, a cada dia, sua autonomia cotidiana, com a criação dos *Caracoles*, das Juntas de Bom Governo, da campanha de articulação da Sexta, apresentando novas táticas de enfrentamento.

A busca por um novo ordenamento jurídico passa ainda pela garantia dos direitos indígenas e pelo reconhecimento da diversidade étnica, linguística e cultural dos povos indígenas mexicanos.

²¹ Encontro realizado no Caracol Oventik, Chiapas, México, entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007, com mesa de debate publicada na oitava edição da revista *ContraHistorias*.

A desconfiança no processo eleitoral, os recorrentes descumprimentos do acordo de San Andrés e a ineficácia do governo mexicano em aprovar uma lei indígena que estivesse de acordo com as demandas da população, levaram à radicalização do movimento, que passou a investir em processos internos, saindo do cenário internacional, aproximadamente entre 2001 e 2005, quando lançam a Sexta Declaração da Selva Lacandona.

As autonomias zapatistas operam em diferentes eixos que se imbricam e se justapõem, de modo que não é possível conceber outra visão de história e outra visão de território sem outra cultura política, ou sem as práticas culturais que envolvem a construção de autonomias.

Assim, a partir da leitura de pesquisadores latino-americanos que discutem o tema das autonomias, como Ana Esther Ceneña, Giovanna Gasparello, Raúl Ornelas e Raúl Zibechi, e da análise dos discursos zapatistas, pode-se observar uma vasta gama de terminologias e conceitos, que podem ser reunidas em três eixos principais: outras políticas, outras geografias e outros saberes.

A referência a outro mundo possível revela a importância de se pensar em alternativas e em uma sociedade diversa e plural. Revela, ainda, que, apesar de conformarem novas práticas políticas, sociais e culturais, são formas de se conceber o mundo que resgatam também velhas tradições, mantendo as memórias e culturas ancestrais indígenas.

Dessa forma, as autonomias, em sua essência, são um caminho para se concretizar a luta por outra sociedade, com outras teorias, outras economias, outras visões de território, outros saberes e outra lógica, declaradamente contra hegemônica e anti-imperialista.

4.1. Outras Geografias

Construir autonomía es sujetizarse; es construir una territorialidad propia; es entender el territorio como la conjunción de la tierra y el cosmos, de la historia y la cultura, de montañas y valles, de vivos y muertos, de hombres y mujeres, de selvas y páramos, de todo lo que hace y ha hecho posible la vida, un cierto tipo de vida, una vida con historia. La pacha mama o la madre tierra no son un pedazo de terreno, son una concepción del mundo, de la humanidad, del cosmos y una forma de vida construida en un lugar determinado (...). (CECEÑA, 2005, p. 196).

Falar em outras geografias implica dizer que a autonomia pode ser construída por meio de outra concepção de território, terra e propriedade, com outras formas de pertencimento, de relações comunitárias e coletivas, de organização geográfica, de fronteiras.

Em 1992, o governo mexicano aprova uma emenda no Artigo 27 da Constituição, que trata da questão agrária no país, acirrando os conflitos com as comunidades indígenas. Valendo-se do discurso de modernização nacional, o novo ordenamento impulsiona as relações de mercado e facilita a privatização de terras destinadas pelo Estado às comunidades camponesas, permitindo a venda dos *ejidos comunales*²².

O governo de Salinas (1988-1994) também sustentava uma política de integração nacional que tendia para uma homogeneização cultural, resgatando o imaginário constitutivo do México de uma nação de identidade mestiça.

Para o pesquisador mexicano Raúl Ornelas (2005), a autonomia deve ser analisada como um dos principais eixos da resistência zapatista. Em seu artigo, o autor analisa a construção da autonomia do levante zapatista até o nascimento dos *Caracoles*, observando que a criação dos municípios autônomos já dava indícios do alcance potencial de transformação social da luta zapatista, criando um reagrupamento territorial a partir de nexos de pertencimento.

A noção de outra geografia do poder redefine as fronteiras físicas, criando um rearranjo que perpassa pelos conceitos de hegemonia, envolvendo novas formas de dominação e exploração dos territórios, dos recursos naturais e novas relações políticas, econômicas e culturais. A nova geografia permite a criação de laços identitários e redes que compartilham ideologias em comum, fortalecendo outras relações com o espaço, com outros pertencimentos e com a revalorização dos usos e costumes indígenas.

Em 20 de dezembro de 1994, trinta Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) são criados, após o lançamento da campanha Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas. Com os chamados *Aguascalientes*, os zapatistas puderam conformar uma identidade própria e tomar o controle de fato sobre seu território.

²² De acordo com Addor (2014), o *ejido* é um produto exclusivo da reforma agrária mexicana.

Em agosto de 2003, são criadas as Juntas de Bom Governo e conformados cinco *Caracoles* zapatistas²³, dando-se início a uma nova etapa zapatista. Os territórios zapatistas passam a ser conformados por cinco Regiões Autônomas Rebeldes Zapatistas, com três níveis de governo civil: o regional, com uma Junta de Bom Governo, o municipal, integrado por um Conselho Autônomo de um MAREZ, e o comunitário, com representantes das Comunidades em Resistência. Como aponta Peimbert, *“La idea parece ser: el poder diseminado en varios centros”*, (PEIMBERT [200-] apud Comunidad Socialista Internacional [2006]), caracterizando os *Caracoles* como centros de poder que se articulam e se complementam.

Há também a coordenação entre a esfera civil e a militar, esta comandada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Assim, é importante destacar que há uma clara distinção entre as comunidades zapatistas e o EZLN.

O Subcomandante Insurgente Marcos (2003) enxerga as outras geografias como outra lógica de poder, que advém das comunidades dominadas e excluídas pela lógica de poder dominante, que perdura no século XXI.

En la geografía del Poder, uno no nace en una parte del mundo, sino con posibilidades o no de dominar cualquier parte del planeta. Si antes el argumento de superioridad era la pertenencia a la raza, ahora es la geografía. Quienes habitan el Norte no lo hacen en el norte geográfico, sino en el Norte social, es decir, están arriba. Quienes viven en el Sur, están abajo. La geografía se ha simplificado: hay un arriba y un abajo. El lugar de arriba es angosto y caben unos cuantos. El de abajo es tan amplio que abarca cualquier lugar del planeta y tiene lugar para toda la humanidad. (Subcomandante Marcos, 2003).

Para Ana Esther Ceceña (2005), economista mexicana, a autonomia também implica compreender a relação entre território e sociedade, com a manutenção de uma relação de reciprocidade com a terra e os recursos naturais, de respeito e não exploração. Para a pesquisadora,

²³ Caracol “Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños” (La Realidad) Caracol “Torbellino de nuestras palabras” (Morelia) Caracol “Resistencia hacia un nuevo amanecer” (La Garrucha) Caracol “El caracol que habla para todos” (Roberto Barrios) Caracol “Resistencia y rebeldía por la humanidad” (Oventik).

Los procesos políticos en la actualidad implican una concepción del mundo, de la vida en sociedad, de la naturaleza, y de la relación entre sociedad y naturaleza, distinta a la que propone el capitalismo. (CECEÑA, 2005, p. 195)

Assim, a construção de autonomias aparece como uma questão central nas novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo e da cidade, fortalecendo suas comunidades, criando novos vínculos e formas de sociabilidade, disputando territórios, experimentando outras formas de vivência.

4.2. Outras políticas

Um dos aspectos centrais nessa dinâmica é a busca do consenso. A horizontalidade zapatista é reforçada pelo lema “mandar obedecendo”, com autoridades rotativas que aplicam a vontade popular, sendo cargos voluntários que valorizam os laços comunitários. A realização de assembleias comunitárias e a criação de espaços de participação e diálogo, assim como instâncias de representação e poder – como conselhos de mulheres, anciões, comunicação e cooperativas – favorece a multiplicação dos sujeitos sociais.

Dessa forma, os zapatistas, com práticas de “bom governo”, privilegiam a via do diálogo e das palavras, buscando acordos e consensos em vez de enfrentamentos ou repressão.

Para Navarro (2017), a nova luta indígena parte de um novo pacto nacional, modificando a natureza do poder, uma nova cultura política e estimulando a reinvenção do Estado. Além disso, a luta indígena vem apresentando novas formas de protagonismo desde o fim dos anos 1990. Como parte do novo movimento indígena, se desenvolveu um novo pensamento, surgido de anos de resistência e resgate identitário, formando intelectuais orgânicos e novos processos organizativos.

O conceito de intelectuais orgânicos, formulado por Gramsci, resgata a necessidade de se reconhecer os saberes e a ciência dos povos indígenas, que se colocam como protagonistas de sua própria história, por intermédio da autodeterminação, do autogoverno e de uma nova práxis, com a legitimação de práticas e novas teorias, categorias e conceitos, mais adequados para explicar e difundir as cosmovisões ameríndias.

Os zapatistas também valorizam, desde o princípio, o protagonismo das mulheres, que assumem posições de liderança, possuem voz em diferentes conselhos e atuam nos mais variados espaços de participação política, econômica e cultural.

De acordo com Giovanna Gasparello, antropóloga italiana,

La autonomía es el derecho de los pueblos indígenas a tener libertad de acción – política, jurídica, social y económica – al interior del Estado, y su derecho a la participación y representación política. Pero es también una práctica cotidiana de los pueblos (GASPARELLO & GUERRERO, 2010, p. 36).

A conformação de novas geografias propicia o surgimento de outro cenário, com territórios nos quais as comunidades indígenas possam viver com dignidade, de acordo com seus usos e costumes e com pleno acesso a saúde, educação, segurança e justiça. A crença de que “*otro mundo es posible*”, um dos motes zapatistas, vai justamente de um processo de manutenção constante de outra geografia e outra geopolítica.

O tema das eleições mexicanas de 2018 tem levantado a discussão de se os zapatistas estariam se desvirtuando da proposta de não se envolver com a política partidária. Em comunicado de 1º de julho de 1997 (EZLN, 1997), os zapatistas afirmavam que sua posição política:

No es partidaria pero tampoco es antipartido, no es electoral pero tampoco es antielectoral. Es contra el sistema de partido de Estado, es contra el presidencialismo, es por la democracia, la libertad, la justicia, es de izquierda, es incluyente, es antineoliberal” (EZLN, 1997).

A candidatura de María de Jesús Patricio Martínez, indígena nahuatl, como representante indígena para as eleições²⁴ não significa que os zapatistas e outras comunidades estejam se rendendo ao sistema eleitoral, e sim que propõem outra política, horizontal, com base em decisões coletivas, com participação popular efetiva. Também não significa um recuo nas práticas de autonomia, que continuam sendo consolidadas a cada dia, apesar do acirramento dos conflitos.

²⁴ A candidatura de María de Jesús Patricio Martínez foi lançada na assembleia constitutiva do Conselho Nacional Indígena, realizada entre 26 e 28 de maio de 2017, em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México.

O Congresso Nacional Indígena destaca em sua declaração sete princípios que vão reger sua campanha: obedecer e não mandar, representar e não suplantar, servir e não ser servido, convencer e não vencer, descer e não subir, propor e não impor, construir e não destruir.

Nuestras resistencias y rebeldías constituyen el poder de abajo, no ofrecen promesas ni ocurrencias, sino procesos reales de transformación radical en la que participan todas y todos y que son tangibles en las diversas y enormes geografías indígenas de esta nación. Es por eso que como Congreso Nacional Indígena, reunidos en este V Congreso 43 pueblos de este país, ACORDAMOS nombrar un Concejo Indígena de Gobierno con representantes hombres y mujeres de cada uno de los pueblos, tribus y naciones que lo integran. Y que este concejo se proponga gobernar este país. Y que tendrá como voz a una mujer indígena del CNI, o sea que tenga sangre indígena y conozca su cultura. O sea que tiene como vocera a una mujer indígena del CNI que será candidata independiente a la presidencia de México en las elecciones del año 2018 [...]. (Declaração do V Congresso Nacional Indígena, 2017).

4.3. Outros saberes

A I@s adherentxs a la Sexta
A la Comunidad Hip Hop
A I@s estudiantxs de la Escuelita Zapatista
A las personas de abajo que luchan
“A las Artes nadie debe de darles órdenes.
Si hay un sinónimo de libertad, tal vez el último reducto de
humanidad en situaciones límite, son las artes”
(Zups Moi y Galeano, In. Coordinadora de Valle de Chalko,
2016)

No comunicado sobre as artes e as ciências na história do zapatismo (EZLN, Dez. 2016), pode-se observar uma concepção plural e diversa de ciência, que pressupõe a legitimação dos saberes e culturas indígenas. Ao mesmo tempo, vemos também a reinvenção das tradições, com a incorporação de elementos da cultura ocidental nas práticas cotidianas indígenas.

Assim, a produção de outros saberes passa pelo reconhecimento de expressões artísticas e culturais, por uma educação que atenda a uma formação integral do sujeito zapatista, valorizando as línguas indígenas, os saberes ancestrais, uma estética subalterna, oferecendo cultura, saúde e comunicação nos seus próprios termos, com a criação de veículos de

comunicação próprios e incentivo à produção popular alternativa, e ao mesmo tempo irradiando suas práticas, assumindo novas vozes e protagonismos, legitimando discursos e apresentando alternativas reais ao modo de produção capitalista, à cultura ocidental e à hegemonia global.

As *escuelitas* zapatistas, fundadas em 2013, também são uma grande conquista do movimento. Em 2015, os zapatistas passam a um “segundo nível” das *escuelitas*, reforçando a necessidade de se fazer formação política e de estimular a formação de novos coletivos, usando a rede virtual para preparar uma nova geração (EZLN, 2015).

De acordo com Baronnet (2009), *“La lucha por la autonomía en la educación de los pueblos indígenas es primordial en las estrategias sociales de defensa del territorio, la afirmación cultural y el fortalecimiento del poder de gestión de las familias implicadas”*. O pesquisador aborda as comunidades indígenas zapatistas como etnoterritórios, nos quais se fala *tsetal*, *ch’ol*, *tojolabal* e *tsotsil*, com variantes locais entre essas línguas originárias e o castelhano.

As experiências de educação bilíngue no México ganham relevância principalmente a partir dos movimentos de independência, perpassando por diversas políticas públicas de integração nacional que não contemplavam a manutenção das línguas indígenas, que têm grande importância na preservação de pertencimentos e identidades. Os zapatistas, ao promoverem uma educação própria, podem criar um processo mais orgânico de produção de saberes em suas próprias línguas, além da apropriação do capital cultural ocidental, para que possam traduzir e incorporar aspectos ocidentais à sua cultura, mas sem que isso signifique uma dominação cultural imposta aos indígenas por séculos.

Os processos de comunicação também podem ser vistos como essenciais enquanto ferramentas de luta, garantindo a autonomia na prática e estabelecendo uma nova memória coletiva. Segundo a quarta declaração zapatista, *“[...] No morirá la flor de la palabra. Podrá morir el rostro oculto de quien la nombra hoy, pero la palabra que vino desde el fondo de la historia y de la tierra ya no podrá ser arrancada por la soberbia del poder [...]”*.

Assim, as novas tecnologias favorecem a proliferação de outras vozes, com a multiplicação de experiências de comunicação indígena, com a criação

de blogs, rádios comunitárias, oficinas e produções audiovisuais, portais de notícias e ainda centros de documentação e memória audiovisuais, que permitem outros registros e outras formas de lidar com o conhecimento.

Para o comunicador Ricardo Montejano Del Valle, o caminho de recuperação da voz por intermédio das rádios comunitárias depende da democratização da produção, e não apenas da transmissão. Trata-se de um “*proceso de descolonización, de recuperación de lo que hemos perdido como pueblos*” (VALLE, 2010, p. 179), processo este que depende de uma verdadeira luta pelo direito à livre expressão por meio da comunicação.

En las radios comunitarias se empiezan a escuchar los consejos de los abuelos ya difuntos, se empiezan a escuchar las narraciones de los procesos de luchas que han tenido nuestros pueblos; empezamos a aprender lo que sólo a veces, alrededor del fuego o en las cocinas de las casas, nos contaban que había sido pero que no se debía andar comentando, por lo peligroso que es el compromiso de defender nuestro Pueblo, nuestra tierra, nuestra dignidad. Pero cuando se hace a través de un medio de comunicación que pertenece al Pueblo, es un escándalo (VALLE, 2010: p. 188).

Conhecimentos que eram restritos à cultura oral ganharam novas dimensões a partir do momento em que foram passados para a lógica audiovisual, que influencia a produção, o registro e a difusão das ideias zapatistas.

A Rádio Insurgente, produzida pelo próprio EZLN, afirma, na seção “quem somos” de sua página web, que “*ha dado cuenta de los avances del proceso de construcción de la autonomía en las zonas zapatistas, y ha promovido la difusión de la palabra y la música de las comunidades indígenas*” (Radio Insurgente, seção *Quienes Somos*). No site estão disponíveis *streamings* (rádio em frequência digital), materiais gravados, discursos, boletins oficiais, entre outros. A seção aponta ainda que foi a partir do comunicado publicado em 16 de dezembro de 2005 que o EZLN se afastou gradativamente das emissoras FM nos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ), capacitando suas próprias equipes de produção e locução, conformando novas rádios comunitárias. Segundo a página web,

La meta es cubrir las cinco zonas zapatistas de Chiapas con radios comunitarias que produzcan sus propios programas conforme a las necesidades y lenguas de cada zona.

O coletivo de mídia independente *Radio Zapatista*²⁵, uma página web multimídia, mostra como as ideias zapatistas irradiaram rapidamente. O coletivo surgiu em São Francisco, nos Estados Unidos, em 2006, no contexto da Sexta e da Outra Campanha, passando a reunir informações sobre a agenda dos movimentos sociais, principalmente mexicanos.

5. Considerações finais: O zapatismo e a América Latina

Nos últimos anos, pode-se observar uma nova reviravolta do movimento zapatista, a partir da análise de pontos positivos da Sexta e dos desafios diante da crescente violência do Estado mexicano e da consolidação dos megaprojetos globais, como o novo aeroporto da Cidade do México, a nova estrada Puebla-Tlaxcala e o Aqueduto Independência em Sonora. Os últimos balanços mostram como as investidas do governo seguem cada vez mais fortes, favorecendo os grandes projetos do capital, retirando os povos indígenas à força, incendiando comunidades inteiras, desrespeitando a Constituição mexicana e os direitos humanos.

Os movimentos sociais antissistêmicos possuem elementos comuns, tais como o questionamento das novas estruturas de dominação, o repúdio à crescente mercantilização das relações sociais e a defesa da diversidade étnico-cultural.

Svampa (2008) aborda também a formação de um “novo internacionalismo”, conformando uma rede global gerida pelos movimentos sociais, principalmente a partir de 1999, com a multiplicação de fóruns sociais, criando convergências entre as lutas contra a globalização neoliberal.

Na primeira declaração da Selva Lacandona, no final de 1993, ainda que os zapatistas abordassem conflitos comuns a outros movimentos sociais, o foco estava em uma resposta imediata a uma conjuntura local. Nas duas declarações seguintes (junho de 1994 e janeiro de 1995), as demandas atingem uma esfera nacional. A partir da quarta declaração, em 1996, vemos

²⁵ Disponível em: <<http://radiozapatista.org/>>. Acesso em 24 de março de 2017.

um apelo à formação de uma rede global de resistência, com a criação da *Frente de Liberación Nacional*.

Entre 1996 e 2001, as demandas relacionadas à autonomia estavam vinculadas principalmente aos acordos de San Andrés e a conquistas de ordem política e territorial.

A partir de 2001, após o descumprimento dos acordos de San Andrés, os zapatistas passam então a buscar a autonomia pelas vias de fato, fortalecendo suas estruturas organizativas, com a criação das Juntas de Bom Governo e dos *Caracoles* Zapatistas.

Gradualmente, os zapatistas vêm se apropriando dos meios necessários para a construção de uma sociedade autônoma, com a formação de comunicadores, educadores, médicos e outros intelectuais que podem atuar de maneira orgânica em suas comunidades, transitando entre dois universos distintos.

De acordo com Zibechi (2006), o zapatismo é um dos grandes responsáveis pelo debate sobre o papel do Estado e das instituições nas transformações sociais. Com práticas cotidianas, o movimento é capaz de dar outra resposta às questões sociais, para além da reflexão de acadêmicos ou partidos políticos.

Desde a deflagração da Outra Campanha, mais conhecida como *La Otra*, em 2006, as articulações entre os movimentos sociais mexicanos têm adquirido mais consistência, com uma aliança entre *los de abajo*. É nesse momento que a categoria do “outro” é efetivamente apropriada pelos zapatistas e pelos movimentos sociais mexicanos, com criação de alternativas concretas de construção de uma nova sociedade, que não dependa diretamente do apoio do chamado “mau governo”, com desmandos constantes do Estado e a inabilidade dos partidos políticos em alterar uma crise sistêmica.

A realização de assembleias comunitárias, diálogos com comunidades, congressos nacionais e internacionais, campanhas e novas redes de apoio também estão ganhando novo fôlego, como a *Campaña Nacional en Defensa de La Madre Tierra y el Territorio*²⁶, com a participação de 179 organizações sociais, realizada entre 10 de abril e 20 de novembro de 2016, com intensa

²⁶ O site oficial da campanha está disponível em <<http://www.defensamadretierra.mx>>.

repercussão no país, intensificando as denúncias dos desmandos governamentais. Segundo a convocatória:

Hay que alzar la voz colectiva. Llevar lejos las experiencias. Denunciar la generalizada situación nacional de despojo del territorio, difundir los datos duros que demuestran la urgencia de cambiar las cosas. Hay que hacer viajar la palabra, como viaja el aire.

A sensibilidade indígena é um dos caminhos para outros mundos. As vozes zapatistas chegam pelo ar, pelo solo e pelas redes virtuais, e as palavras se transformam em ações, e em outras possibilidades de transformação social.

6. Referências bibliográficas

ADDOR, Felipe. **20 anos do movimento Zapatista: sensibilizando sem tomar o poder.** Publicado em 3 de abril de 2014. Disponível em <<http://diplomatie.org.br/sensibilizando-sem-tomar-o-poder/>>.

AGENCIA SUBVERSIONES. **El Congreso Nacional Indígena (CNI) en pocas palabras.** Disponível em <<https://youtu.be/Pt0rUXA4fss>>. Publicado em 5 de abril de 2017. Acesso em 19 de abril de 2017.

BARONNET, Bruno. **Autonomía y Educación Indígena: Las Escuelas Zapatistas de las Cañadas de La Selva Lacandona de Chiapas, México.** Tesis de Doctorado en Ciencia Social, con especialidad en Sociología. Ciudad de México: Colegio de México, 2009. Disponível em <http://m.cedoz.org/site/pdf/cedoz_886.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia, Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994 (10ª impressão, 1996) – Obras escolhidas, volume 1.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cultura transnacional y culturas populares.** Peru: Instituto para América Latina, 1988.

CECEÑA, Ana Esther. Autonomía y control de los territorios en América Latina. In. GASPARELLO, Giovanna & GUERRERO, Jaime Quintana (Org.).

Otras Geografías: Experiencias de autonomías indígenas en México. México D.F.: Editorial RedeZ “Tejiendo la Utopía”, 2010.

CEDILLO-CEDILLO, Adela. **Análisis de la fundación del EZLN en Chiapas desde la perspectiva de la acción colectiva insurgente.** *LiminaR*, San Cristóbal de las Casas, v. 10, n. 2, p. 15-34, dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-80272012000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. **Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno.** *RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 2006, 5. Acesso em 24 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38050115>>.

GASPARELLO, Giovana. Introdução. In: GASPARELLO, Giovanna & GUERRERO, Jaime Quintana (Org.). **Otras Geografías:** Experiencias de autonomías indígenas en México. México D.F.: Editorial RedeZ “Tejiendo la Utopía”, 2010. P. 25-32.

HILSENBECK, Alex. **Os zapatistas e as eleições.** O anúncio de uma candidatura zapatista em 2018 parece apontar para um processo de mobilização e organização. Disponível em <<http://passapalavra.info/2016/11/109808>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5-10, Março 2008: Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/80/RCCS80-002-Introducao-005-010.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2017.

NAVARRO, Luis Hernández Navarro. Autonomía sin pedir permiso. **Diário La Jornada:** México D.F., 7 de septiembre de 2004. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/2004/09/07/023a1pol.php?printver=1&fly=>>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2017.

_____. Movimiento indígena: autonomía y representación. In: Gasparello (org). **Otras Geografías**. Experiencias de autonomías indígenas en México. UAM Iztapalapa: México, 2010. p. 33-61.

ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. Buenos Aires: CLACSO; 2005. p. 129-167.

PEIMBERT, Guillermo [200-] apud Comunidad Socialista Internacional. **Caracoles Zapatistas ¿qué son? + yapa**. [2006]. Disponível em <<http://www.taringa.net/comunidades/gsocialistat/346041/Caracoles-Zapatistas-que-son-yapa.html>>. Acesso em 4 de abril de 2017.

QUIJANO, Aníbal. Dossiê América Latina: Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudios Avanzados**, v.19, n.55, p. 8-31, Set./Dec. 2005.

_____. **Colonialidade/Descolonialidade do Poder**. Arquivo de áudio de Anibal Quijano, do Peru, em conferência realizada em Assunção, no Paraguai, sobre "Colonialidade/ Descolonialidade do Poder", AGO/2010. Disponível em <<https://youtu.be/sID-iPiGgmY>>. Acesso em 20 de março de 2016.

Coordinadora de Valle de Chalko. Ciudad de México: **CONVOCATORIA al CompArte HIP HOP... en apoyo a la lucha magisterial y popular**. Publicada em 18 de julho de 2016. Disponível em <http://radiozapatista.org/?p=17325>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

Radio Insurgente. Seção *Quienes Somos*. Disponível em: <www.radioinsurgente.org/>. Acesso em novembro de 2016.

Resumen Latinoamericano/Desinformémonos. **México: El CNI se prepara para dar a conocer la candidata indígena para elecciones de 2018.**

Publicado em 11 de abril de 2017. Disponível em <<http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/04/11/mexico-comunicado-del-congreso-nacional-indigena/>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre (org). **Contrahistorias**. La outra mirada de Clío. Revista semestral. Morelia, Michoacán, México. (Edições nº 5, 2006; nº 6, 2006 e Dossier: Autonomía, Contrapoder y Otro Gobierno - nº 8, março-agosto de 2007). Disponível em <<http://www.contrahistorias.com.mx/laotramiradadeclio.html>>. Acesso em fevereiro e março de 2017.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. Buenos Aires: CLACSO; 2005. p. 15-34.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A queda do Angelus Novus**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.45, p. 5-34, maio de 1996.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **La reinención del Estado y el Estado plurinacional**. In. OSAL, Buenos Aires, CLACSO, Año VIII, Nº 22, septiembre, 2007.

_____. **Nuestra América. Reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución**. In: Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y de la emancipación social. México: Siglo XXI: CLACSO, 2009. p. 225-268.

SVAMPA, Maristella. **Movimientos sociales y nuevo escenario regional: inflexiones del paradigma neo-liberal en América Latina**. Cuadernos de Socio-Historia, 19/20, La Plata, Argentina, marzo de 2008.

_____. **Debates Latinoamericanos**. Indianismo, Desarrollo, Dependencia, populismo. Buenos Aires, Edhasa, 2016.

VALLE, Ricardo Montejano Del. Las radios comunitarias: un proceso que empieza. La comunicación en el marco de la autonomía. In: GASPARELLO, Giovanna & GUERRERO, Jaime Quintana (Org). **Otras Geografías: Experiencias de autonomías indígenas en México**. Editorial RedeZ “Tejiendo la Utopía”; México D.F.: 2010. P. 179-191.

ZIBECHI, Raul. El Zapatismo y América Latina. In. **Revista Contrahistorias: La outra Mirada del Clio**. Dossier: La otra Campaña. Morelia: México, Jitanjáfora Morelia Editorial, n. 6, mar-ago 2006.

6.1. Documentos zapatistas

Congreso Nacional Indígena & EZLN. **Llegó la hora**. Chiapas: México. Publicado em 30 de maio de 2017. Disponível em <<https://www.congresonacionalindigena.org/2017/05/30/llego-la-hora/>>. Acesso em 1º de junho de 2017.

EZLN. **Acuerdos de San Andrés Larraínzar**. Chiapas: México, 1996.

_____. **Caracol Roberto Barrios**: Caracol que habla para todos. Chiapas: México, Publicado em 23 de agosto de 2013. Disponível em <<https://youtu.be/6M8x-y6qt8g>>. Acesso em 13 de março de 2017.

_____. **Documentos y Comunicados**. México: ERA, Tomos 1, 2, 3, 4 e 5.

_____. **Declaração do V Congresso Nacional Indígena**. Chiapas, Publicado em 1 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/01/01/y-retemblo-informe-desde-el-epicentro/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.

_____. **Declaraciones de la Selva Lacandona**, Chiapas: México, 1993, 1994, 1995, 1996, 1998 e 2005. Disponíveis em <<https://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em novembro e dezembro de 2016.

- _____. **Esta es nuestra palabra y nuestra posición sobre la coyuntura electoral.** Publicado em 1º de julho de 1997. Disponível em <https://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_07_01.htm>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.
- _____. **El Diálogo de San Andrés y los Derechos y Cultura Indígena.** Punto y seguido, Chiapas, México, 15 de fevereiro de 1996. Disponível em <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 10 de maio de 2016.
- _____. **Las Artes y las Ciencias en la historia del (neo) Zapatismo.** 28 Dez. 2016. Disponível em <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=1233&cat=211>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.
- _____. **Segundo Nivel Escuela Zapatista.** Chiapas: Enlace Zapatista, 27 de julho de 2015. Disponível em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/07/27/segundo-nivel-escuela-zapatista/>>. Acesso em 13 de abril de 2017.
- Subcomandante Marcos. **Otra Geografía.** Março de 2003. Disponível em <<https://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.
- Subcomandante Moisés. **Qué sigue I: Antes y ahora.** Publicado em 3 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=1239&cat=211>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.